

Questão de Avaliação	Item de Verificação	Questão Auxiliar		Requisitos de Atendimento	Opções de Resposta	Compõe Nota?	Dependência	Resultado quando a condição da dependência não for satisfeita	Interlocutor	Interlocutor substituto
Q03. Regularidade do Edital e Definição das Cláusulas Contratuais	IV06. Elaboração e Padronização dos Editais de Licitação	19444	Todas as minutas contratuais anexadas aos editais realizados pelo Município no ano de referência foram validadas previamente pelo órgão de assessoramento jurídico?	Todos os editais de licitação realizados no ano de referência devem ter sido acompanhados de minuta contratual com as cláusulas obrigatórias validadas pelo órgão de assessoramento jurídico da Prefeitura antes da publicação do edital. A análise jurídica deve ser registrada, com: Parecer jurídico por escrito, assinado e datado; Vínculo direto com o edital correspondente.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Servidor(a) responsável pela procuradoria jurídica	-
Q03. Regularidade do Edital e Definição das Cláusulas Contratuais	IV06. Elaboração e Padronização dos Editais de Licitação	19445	Anexe o parecer jurídico referente à última validação de minuta contratual realizada no ano de referência.	-	ANEXO	NÃO	(19444 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Servidor(a) responsável pela procuradoria jurídica	-
Q03. Regularidade do Edital e Definição das Cláusulas Contratuais	IV07. Definição de Cláusulas Contratuais	19459	O Município dispõe de ato normativo que institui modelo padronizado de contrato para os tipos mais frequentes de contratação, como compras e serviços continuados?	Deve haver ato normativo vigente (decreto, portaria, instrução normativa, resolução etc.) que estabeleça um ou mais modelos padronizados de contrato para: Compras comuns (ex: materiais de escritório, medicamentos, alimentos); Serviços continuados (ex: limpeza, vigilância, manutenção predial, apoio administrativo); O ato deve definir que esses modelos devem ser utilizados obrigatoriamente ou preferencialmente pelas unidades contratantes; Os modelos podem conter campos variáveis (ex: objeto, valor, vigência), mas com cláusulas obrigatórias padronizadas (ex: reajuste, fiscalização, penalidades, rescisão).	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Servidor(a) responsável pela procuradoria jurídica	-
Q03. Regularidade do Edital e Definição das Cláusulas Contratuais	IV07. Definição de Cláusulas Contratuais	19460	Anexe ato normativo municipal que estabeleça o modelo de contratos padronizados.	-	ANEXO	NÃO	(19459 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Servidor(a) responsável pela procuradoria jurídica	-
Q03. Regularidade do Edital e Definição das Cláusulas Contratuais	IV07. Definição de Cláusulas Contratuais	19461	Anexe contrato(s) realizado(s) no ano de referência para compra(s) e serviço(s) continuado(s).	-	ANEXO	NÃO	(19459 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Servidor(a) responsável pela procuradoria jurídica	-
Q03. Regularidade do Edital e Definição das Cláusulas Contratuais	IV07. Definição de Cláusulas Contratuais	19462	Todos os contratos administrativos firmados pelo Município no ano de referência especificam, de forma clara e objetiva, os critérios e a periodicidade das medições, os prazos para liquidação e pagamento, bem como os prazos para início, conclusão, entrega, observação e recebimento definitivo das etapas de execução, conforme a natureza da contratação?	Todos os contratos firmados pelo Município no ano de referência devem conter cláusulas que estabeleçam: 1. Critérios objetivos de medição, compatíveis com o objeto; Percentuais por etapa (ex: 20% após fundação, 30% após alvenaria); Itens de entrega (ex: volume de serviços executados, comprovado por laudos, notas fiscais, relatórios de fiscalização etc.); 2. Periodicidade da medição e da liquidação, como: Mensal, quinzenal, ou por etapa executada; 3. Prazos definidos para: Início e conclusão da execução contratual; Entrega provisória e definitiva do objeto; Liquidação da despesa após medição (ex: até 10 dias úteis); Pagamento após liquidação (ex: até 5 dias úteis); 4. Previsão do procedimento de recebimento provisório e definitivo.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(19459 == "SIM")	NÃO	Servidor(a) responsável pela procuradoria jurídica	-

Q03. Regularidade do Edital e Definição das Cláusulas Contratuais	IV07. Definição de Cláusulas Contratuais	19463	Todos os contratos firmados pelo Município (quando aplicável) no ano de referência incluem cláusulas que garantem o acesso, a propriedade e a transferência do conhecimento sobre os processos, dados e documentação técnica?	<p>Todos os contratos firmados pelo Município (especialmente os de natureza técnica, tecnológica, intelectual, estratégica ou de longo prazo) no ano de referência devem conter cláusulas que:</p> <p>1. Assegurem ao Município acesso irrestrito aos dados, relatórios, sistemas, documentos e demais produtos entregues; propriedade dos materiais técnicos ou intelectuais produzidos (quando aplicável); transferência de conhecimento por meio de capacitação, relatórios explicativos, manuais de operação ou sessões de repasse técnico;</p> <p>2. Estabeleçam que os bens imateriais gerados durante a execução do contrato (metodologias, códigos, diagnósticos, sistemas, bases de dados etc.) são de titularidade da Administração, salvo disposição legal ou contratual específica em sentido contrário, e que a cessão de direitos patrimoniais de autor será formalizada quando a natureza do objeto exigir (ex: software, estudos, projetos, materiais de treinamento etc.).</p>	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(19459 == "SIM")	NÃO	Servidor(a) responsável pela procuradoria jurídica	-
Q03. Regularidade do Edital e Definição das Cláusulas Contratuais	IV07. Definição de Cláusulas Contratuais	19464	Todos os contratos firmados pelo Município no ano de referência, especialmente os de natureza continuada, preveem critérios objetivos de avaliação de desempenho, como Instrumento de Medição de Resultado (IMR), com indicadores e métricas claras de qualidade para mensurar a execução contratual?	<p>Todos os contratos firmados pelo Município no ano de referência (principalmente os de serviços continuados) devem conter cláusulas que estabeleçam:</p> <p>1. A mensuração do desempenho da contratada, com base em: Indicadores objetivos de resultados (Percentual de presença dos funcionários; Frequência de limpeza por área; Tempo de resposta em chamados de manutenção; Qualidade aferida por checklists ou relatórios técnicos); Métricas e escalas de pontuação "0 a 100 pontos" com níveis de corte para glosa: "Satisfatório / Insatisfatório" com pesos atribuídos; e periodicidade clara de medição (ex: mensal, por etapa, ou por solicitação).</p> <p>- A mensuração é feita com base em: Instrumento de Medição de Resultado (IMR) anexo ao contrato ou Termo de Referência; Formulários padronizados, planilhas, relatórios técnicos com preenchimento obrigatório; Procedimento de avaliação conduzido pelo fiscal do contrato.</p> <p>- O resultado da mensuração impacta: No pagamento integral ou glosado; Na avaliação de desempenho e possíveis sanções administrativas.</p>	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(19459 == "SIM")	NÃO	Servidor(a) responsável pela procuradoria jurídica	-
Q03. Regularidade do Edital e Definição das Cláusulas Contratuais	IV07. Definição de Cláusulas Contratuais	19465	Todos os contratos realizados pelo Município no ano de referência definem de forma clara, objetiva e detalhada as condutas que configuram infrações contratuais e as respectivas sanções aplicáveis, como advertência, multa, impedimento de licitar e outras penalidades?	<p>Todos os contratos firmados pelo Município no ano de referência devem conter cláusulas que estabeleçam:</p> <p>1. Condutas que configuram infrações contratuais, por exemplo: Atraso injustificado na entrega ou execução; Execução com qualidade inferior à contratada; Descumprimento de obrigações acessórias; Reincidência em falhas de execução.</p> <p>2. O vínculo entre cada conduta a uma ou mais sanções cabíveis, como: Advertência formal; Multa percentual sobre o valor do contrato, da etapa ou da medição; Impedimento de licitar e contratar, Rescisão contratual por inadimplemento grave.</p> <p>3. O procedimento para aplicação da sanção, com: Instauração de processo administrativo; Garantia de contraditório e ampla defesa; Possibilidade de recurso.</p>	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(19459 == "SIM")	NÃO	Servidor(a) responsável pela procuradoria jurídica	-

Q03. Regularidade do Edital e Definição das Cláusulas Contratuais	IV07. Definição de Cláusulas Contratuais	19466	Nos casos exigidos por lei ou considerados necessários pela Administração, todos os contratos firmados pelo Município no ano de referência preveem e exigem a prestação de garantia contratual, bem como as condições de manutenção e assistência técnica, quando aplicável ao objeto, e há controle sobre a validade e suficiência dessas obrigações durante toda a vigência contratual?	-Todos os contratos firmados pelo Município que exigem garantia no ano de referência devem conter cláusulas que estabeleçam: 1. O tipo, valor, prazo de validade, forma de execução da garantia; 2. O prazo para apresentação da garantia antes da assinatura ou início da execução; 3. A substituição ou renovação da garantia, quando necessário; - Quando aplicável (ex: aquisição de equipamentos, obras, serviços com responsabilidade pós-entrega), o contrato deve conter: Prazo de garantia técnica do objeto entregue (ex: 12 meses); Descrição das condições de assistência técnica, suporte, prazos de resposta e solução de falhas; Responsabilidades por peças, mão de obra, deslocamento, etc. - Deve haver o controle sobre a validade e suficiência, como: Registro da apólice ou documento de garantia vigente; Verificação periódica da validade, cobertura e valor; Checklist da fiscalização do contrato, que inclui esse controle; Adoção de providências caso a garantia expire ou fique insuficiente (ex: atualização em contratos com reajuste).	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(19459 == "SIM")	NÃO	Servidor(a) responsável pela procuradoria jurídica	-
Q03. Regularidade do Edital e Definição das Cláusulas Contratuais	IV07. Definição de Cláusulas Contratuais	19467	Todos os contratos firmados pelo Município no ano de referência contém cláusulas que definem, de forma clara e objetiva, o preço, as condições de pagamento, os critérios, a data-base e a periodicidade do reajuste de preços, bem como os critérios de atualização monetária aplicáveis nos casos de atraso no pagamento?	Todos os contratos firmados pelo Município no ano de referência devem conter cláusulas que estabeleçam: 1. Valor global do contrato ou estimado (se por demanda); 2. Critérios de medição (ex: por etapa, mensal, por serviço prestado); 3. Forma e prazo de pagamento (ex: até 10 dias úteis após a liquidação da despesa). 4. Critério de reajuste (ex: índice setorial, convenção coletiva, fórmula paramétrica); 5. Periodicidade mínima (contados a partir da data-base); 6. Data-base claramente identificada (data da proposta ou do orçamento estimado). 7. Correção monetária por atraso nos pagamentos (ex: com base na variação do IPCA ou outro índice);	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(19459 == "SIM")	NÃO	Servidor(a) responsável pela procuradoria jurídica	-
Q03. Regularidade do Edital e Definição das Cláusulas Contratuais	IV07. Definição de Cláusulas Contratuais	19468	Todos os contratos firmados pelo Município no ano de referência para prestação de serviços com dedicação exclusiva de mão de obra estão acompanhados de planilha detalhada de composição de custos?	Todos os contratos de terceirização com dedicação exclusiva devem: 1. Estar acompanhados da planilha de composição de custos da proposta vencedora, contendo, no mínimo: Discriminação dos cargos/funções (ex: auxiliar de limpeza, vigilante); Salário base de cada função (de acordo com a convenção coletiva aplicável); Encargos sociais e trabalhistas (FGTS, INSS, 13º, férias, etc.); Benefícios obrigatórios (vale-alimentação, vale-transporte, uniforme); Custos indiretos e despesas administrativas; Margem de lucro da contratada; Tributos incidentes (ISS, IRPJ, PIS/Cofins, etc.). - A planilha deve: 1. Estar anexada ao contrato ou ao processo licitatório (como parte da proposta vencedora); 2. Ser utilizada como base para pagamentos, glosas, reajustes e repactuações; 3. Estar atualizada de acordo com o ano de referência e com as convenções coletivas vigentes.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(19459 == "SIM")	NÃO	Servidor(a) responsável pela procuradoria jurídica	-
Q04. Execução e fiscalização das contratações públicas	IV08. Contratações diretas	19477	O órgão de assessoramento jurídico do Município emitiu parecer em todos os processos de contratação direta por dispensa ou inexigibilidade realizados no ano de referência?	- Em todos os processos de contratação direta do exercício deve haver parecer jurídico formal emitido pelo órgão competente, que: Analisa a legalidade da contratação direta (hipótese, valor, objeto, fornecedor); Concorda ou não com a justificativa apresentada; - Quando não há parecer jurídico, deve haver ato normativo formal (ex: portaria ou instrução normativa), assinado pela autoridade jurídica máxima que defina quais hipóteses de contratação direta dispensam a manifestação jurídica.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Servidor(a) responsável pela procuradoria jurídica	-

Q04. Execução e fiscalização das contratações públicas	IV08. Contratações diretas	19478	Anexe o parecer jurídico do último processo de contratação direta realizado pelo Município no ano de referência.	-	ANEXO	NÃO	(19477 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Servidor(a) responsável pela procuradoria jurídica	-
Q04. Execução e fiscalização das contratações públicas	IV08. Contratações diretas	19479	O Município dispõe de ato normativo assinado pela autoridade jurídica máxima, que defina quais hipóteses de contratação direta dispensam a manifestação jurídica?	Quando não há parecer jurídico, deve haver ato normativo formal (ex: portaria ou instrução normativa), assinado pela autoridade jurídica máxima que defina quais hipóteses de contratação direta dispensam a manifestação jurídica. Exemplo: contratações de pequeno valor até certo limite, materiais padronizados, serviços recorrentes de baixa complexidade etc.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(19477 == "NAO")	NÃO SE APLICA	Servidor(a) responsável pela procuradoria jurídica	-
Q04. Execução e fiscalização das contratações públicas	IV08. Contratações diretas	19480	Anexe o ato normativo municipal assinado pela autoridade jurídica máxima.	-	ANEXO	NÃO	(19479 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Servidor(a) responsável pela procuradoria jurídica	-
Q04. Execução e fiscalização das contratações públicas	IV10. Controle de Execução Contratual	19526	Para todos os contratos realizados pelo Município, as solicitações de prorrogação de prazo de vigência dos contratos são precedidas de procedimento formal que justifique a necessidade, demonstre a vantajosidade econômica da prorrogação em comparação com uma nova licitação, e verifique a manutenção das condições de habilitação da contratada?	Todo processo de prorrogação de prazo deve ocorrer com a justificativa da necessidade; A justificativa deve comprovada por meio de documento da unidade requisitante ou do gestor do contrato que explique a indispensabilidade da continuidade do contrato e que o objeto ainda atende à necessidade da Administração. Deve ser demonstrada a vantajosidade econômica com estudo comparando custos da prorrogação com os custos de uma nova licitação (ex.: pesquisa de mercado, atualização de preços, estudos técnicos) e com um relatório atestando que a prorrogação é mais eficiente e econômica. Deve ser verificada a habilitação da contratada (Certidões atualizadas: Receita Federal, Estadual, Municipal, FGTS, INSS, CNDT; Declaração de manutenção da qualificação técnica e demais requisitos).	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Servidor(a) responsável pela procuradoria jurídica	Gestor(a) municipal da área de administração
Q04. Execução e fiscalização das contratações públicas	IV10. Controle de Execução Contratual	19527	Todos os pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro apresentados pelas contratadas foram objeto de análise técnica e econômica, devidamente documentada no processo, antes de qualquer decisão sobre o deferimento ou indeferimento, e analisados dentro do prazo previsto no contrato para resposta?	Todos os pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro devem ser objetos de análise técnica e econômica; Deve haver a avaliação da unidade técnica responsável (ex.: engenharia, planejamento, financeiro); Devem ser analisados os impactos dos impactos no orçamento, as memórias de cálculo, os índices de reajuste, os laudos de comprovação. A documentação de análise deve ser juntada ao processo e deve ser concluída dentro do prazo previsto no contrato.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Servidor(a) responsável pela procuradoria jurídica	Gestor(a) municipal da área de administração
Q04. Execução e fiscalização das contratações públicas	IV10. Controle de Execução Contratual	19528	Todos os pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro apresentados pelas contratadas são objeto de análise jurídica formal, devidamente documentada no processo, antes de qualquer decisão sobre o deferimento ou indeferimento, e analisados dentro do prazo previsto no contrato para resposta?	Todos os pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro devem ser objetos de análise jurídica; Deve haver o parecer jurídico para todos os pedidos, antes da decisão administrativa, que avale: A legalidade do pedido e se a documentação comprobatória é suficiente; Todos os pareceres devem ser juntados ao processo administrativo do contrato com assinatura eletrônica ou física do responsável jurídico.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Servidor(a) responsável pela procuradoria jurídica	-
Q04. Execução e fiscalização das contratações públicas	IV10. Controle de Execução Contratual	19530	Houve descumprimento contratual em algum contrato do Município no ano de referência?	-	SIM/NÃO (COMBO BOX)	NÃO	-	-	Servidor(a) responsável pela procuradoria jurídica	Gestor(a) municipal da área de administração
Q04. Execução e fiscalização das contratações públicas	IV10. Controle de Execução Contratual	19531	Para todos os casos de descumprimento contratual ocorridos no ano de referência, o Município instaurou processo administrativo para apuração dos fatos, assegurando o direito de defesa da contratada e possibilitando a aplicação de sanções quando cabível?	O fiscal do contrato deve formalizar o ocorrência de descumprimento da contratada; Deve ser aberto processo para cada ocorrência grave ou incidente; Deve haver portaria ou despacho de instauração e numeração própria para cada processo aberto; A contratada deve ser notificada e deve ser concedido prazo para defesa e apresentação de documentos; A autoridade competente deve decidir sobre aplicação ou não de sanção.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(19530 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Servidor(a) responsável pela procuradoria jurídica	Gestor(a) municipal da área de administração
Q04. Execução e fiscalização das contratações públicas	IV10. Controle de Execução Contratual	19532	No ano de referência, foram identificadas falhas na execução ou na prestação de serviços contratados pelo Município?	-	SIM/NÃO (COMBO BOX)	NÃO	-	-	Servidor(a) responsável pela procuradoria jurídica	Gestor(a) municipal da área de administração

Q04. Execução e fiscalização das contratações públicas	IV10. Controle de Execução Contratual	19533	Foram aplicadas glosas nos pagamentos em todos os casos em que foram identificadas falhas na prestação dos serviços contratados, conforme critérios previstos no contrato ou no instrumento de medição de resultados?	Deve haver critérios definidos no contrato prevendo parâmetros para glosas, como: Percentuais por falha, atraso, ausência de funcionário, substituição de material, etc. Deve haver planilha ou relatório demonstrando o valor glosado em relação ao serviço não executado; Comprovantes devem ser anexados ao processo (despacho do fiscal, parecer técnico, notas fiscais com valor ajustado).	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(19532 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Servidor(a) responsável pela procuradoria jurídica	Gestor(a) municipal da área de administração
Q05. Gestão de recursos humanos e tecnológicos nas contratações públicas	IV12 . Capacitação dos profissionais que atuam nas contratações públicas	19563	Os servidores que atuam no departamento jurídico receberam capacitações específicas sobre contratações públicas, no ano de referência?	Os servidores do departamento que atuam nas contratações públicas devem ter recebido treinamentos sobre o tema no exercício de referência; Deve haver participação registrada em cursos sobre: parecer jurídico, análise de edital, contratação direta, reequilíbrio, sanções, etc.;	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Servidor(a) responsável pela procuradoria jurídica	-
Q05. Gestão de recursos humanos e tecnológicos nas contratações públicas	IV12 . Capacitação dos profissionais que atuam nas contratações públicas	19564	Anexe os certificados dos servidores que atuam no departamento jurídico que receberam capacitações específicas sobre contratações públicas.	-	ANEXO	NÃO	(19563 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Servidor(a) responsável pela procuradoria jurídica	-